

Campanha Global pela Educação

Documento informativo sobre as áreas prioritárias importantes indicadas pelo Plano Estratégico 2023-2027

Educação em Emergências e Crises

1. Contexto

Uma série de instrumentos internacionais dos Direitos Humanos prevê o direito à educação em situações de emergência com obrigações vinculativas claras para os Estados, como o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção Internacional, a Convenção para a Protecção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, a Carta Social Europeia, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Deslocamento Interno, o Quadro Sendai para a Redução do Risco de Desastres, as Directrizes Lucens para a Protecção das Escolas e Universidades, a Estratégia Continental de Educação da União Africana e o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos na Área dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

Especificamente para as preocupações dos refugiados, a Declaração de Nova York para refugiados e migrantes, a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados e o seu Protocolo e a Convenção sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias reiteram o direito à escolha educacional e a obrigação dos Estados contratantes de conceder aos refugiados o mesmo tratamento dispensado aos nacionais no que diz respeito à “educação elementar” e de garantir a “igualdade de oportunidades” no que diz respeito à educação não elementar. Além disto, de acordo com o Comité dos Direitos da Criança (Comentário Geral No. 6), a igualdade de tratamento independentemente da nacionalidade, status de imigração ou apatridia também deve ser garantida para crianças desacompanhadas e separadas.

Emergências relacionadas aos conflitos e mudanças climáticas estão a deixar milhões de deslocados internos, refugiados e requerentes de asilo sem a oportunidade de desfrutar do seu direito à educação. No mundo, de acordo com a Educação Não Pode Esperar¹, as emergências climáticas estão a afectar a educação de 40 milhões de crianças todos os anos. Globalmente, 222 milhões de raparigas e rapazes vulneráveis são afectados por conflitos, desastres induzidos pelo clima, deslocamento forçado e crises prolongadas. Eles precisam de apoio urgente para desfrutar do seu direito à educação.

¹<https://www.educationcannotwait.org/news-stories/press-releases/the-climate-crisis-disrupts-the-education-40-million-children-every>

Fontes alternativas mostram que o número de crianças que vivem em zonas de conflito de alta intensidade aumentou quase 10% somando-se um total de 230 milhões. É esperado que este número aumente dramaticamente por causa dos conflitos em presente curso, como os de Mianmar, Iêmen, Etiópia, Síria e a guerra na Ucrânia².

O Afeganistão e o território Palestino ocupado foram identificados como os dois principais países com o maior número de crianças mortas ou mutiladas. Além disto, o Oriente Médio teve proeminência como a região que tem a maior proporção de crianças e jovens a viver em zonas de conflito – um terço da população jovem³.

São acrescidos a isto, 59,1 milhões de deslocados internos, dos quais 25,2 milhões são menores de 18 anos e 7,1 milhões são crianças e adolescentes, muitos dos quais em risco de nunca mais regressarem à escola⁴.

Desastres relacionados à mudança climática, que abrange ciclones, inundações, secas e estresse térmico de calor, afectaram desproporcionalmente os países do Sul Global e os membros mais marginalizados das comunidades. De qualquer forma, todas as crianças e os adolescentes dentro e fora das escolas são afectados pelas crises climáticas, e os números devem aumentar significativamente devido às emergências presentes em muitos cantos do mundo. Vale a pena mencionar que a educação de um número desconhecido de crianças e jovens foi dramaticamente afectada por causa do recente terremoto na Turquia e na Síria.

2. O Plano Estratégico da CGE (2023-2027)

A Campanha Global pela Educação há muito preocupa-se com o facto das pessoas que vivem em contextos de emergência, que inclui os refugiados e os deslocados, serem frequentemente excluídos da educação ou matriculados em sistemas paralelos. O acesso desigual à educação é grave entre as pessoas que deslocam-se dentro e fora das fronteiras nacionais. No coração da Europa, crianças com baixo desempenho não podem frequentar escolas e, mediante avaliação, podem ser transferidas para cursos não regulares. Em alguns países, estudantes com antecedentes de refugiados podem ser matriculados em cursos menos exigentes, que compromete as suas oportunidades de educação superior⁵.

O Plano Estratégico da CGE inclui a educação em emergências como uma área crucial do nosso trabalho. Fizemos uma campanha global pela Educação em Emergências com #ProtectEiENNow, que alcançou mais de 75.000 pessoas nas plataformas de mídia social. O projecto “Voices on the Ground” (Vozes no nível do Chão) foi implementado em quatro países. Com o apoio de repórteres locais, a CGE reuniu histórias sobre os desafios enfrentados pelas

² GCPEA. Attacks on education and military use of education facilities in Ukraine in 2022. February 2023

³ <https://www.warchildholland.org/news/number-children-in-war/>

⁴ Pérez Murcia, Luis Eduardo. El derecho a la educación y la acción humanitaria. Entreculturas. 2020

⁵ Global Campaign for Education (2019). Between moving backward and moving forward towards achieving SDG4. Spotlight Report for the High-Level Political Forum. Johannesburg.

comunidades e coalizões nacionais para desfrutar e proteger o direito à educação no contexto da pandemia do COVID-19.

Nossa advocacia conjunta no mundo aborda a Educação em Emergências e Crises, que inclui:

- Planejamento e orçamento da educação inclusiva e sensível à crise;
- Segurança escolar, protecção, defesa (apoio psicossocial e aprendizagem socioemocional);
- Espaço/voz de estudantes, pais, professores e sociedade civil como resposta;
- Educação para refugiados, deslocados internos, repatriados, requerentes de asilo, migrantes e apátridas.

A CGE pede aos governos e tomadores de decisão em todos os níveis para:

1. Garantir a segurança e protecção das escolas
 - Adotar e operacionalizar a declaração da escola-segura;
 - Manter as escolas abertas com segurança na medida do possível, e proporcionar segurança, protecção e defesa (apoio psicossocial e aprendizagem socioemocional).
2. Priorizar financiamento, quadros políticos e planeamento adequados para a Educação em Emergências e Crises Prolongadas
 - Realizar planejamento e orçamento da educação inclusiva e sensível à crise em todos os níveis, para que as escolas possam mitigar activamente o risco de crise e desastre para os alunos em toda a sua diversidade;
 - Priorizar o financiamento para a educação em situações de emergência, e fazer uso de uma abordagem da lógica de desenvolvimento-humanitário-paz;
 - Fornecer estruturas políticas adequadas que permitam a recuperação da educação após desastres e crises.
3. Reforçar os sistemas educativos, incluindo a preparação local e o planeamento de emergência
 - Permitir o ensino à distância eficaz quando o fechamento de escolas for necessário, e garantir que as diferenças digitais entre os alunos sejam abordadas em toda a sua diversidade;
 - Implementar programas do bem-estar social e saúde para apoiar os professores e os alunos durante emergências e outras medidas para apoiar o seu bem-estar material e emocional;

- Fortalecer o planejamento educacional coordenado e a resposta à crise, e garantir que a sociedade civil, bem como os alunos, pais e professores participem activamente dos processos de tomada de decisão e que a resposta seja específica ao local sempre que possível;
 - Instituir reformas do sistema educacional que criará resiliência e coesão social dentro das instituições educacionais, com os alunos e os professores, bem como criar maior confiança nos sistemas e serviços educacionais.
4. Investir nos professores para impulsionar as intervenções na Educação em Emergências e Crises Prolongadas
- Investir em professores para estarem melhor equipados e preparados para ensinar os alunos sobre riscos de desastres e mudanças climáticas, saúde, direitos humanos, causas e consequências de conflitos e como viver e interagir pacificamente; e para apoiar a segurança e o bem-estar dos alunos e colegas quando acontecer e após o desastre;
 - Reconhecer as qualificações e a remuneração justa dos professores que trabalham em emergências.
5. Proteger os estudantes e os seus direitos à educação, à liberdade académica, à liberdade de expressão e ao direito de reunião
- Garantir educação para os refugiados, deslocados internos, repatriados, requerentes de asilo, migrantes e apátridas em toda a sua diversidade, livre de discriminação e tendências conscientes ou inconscientes;
 - Estabelecer programas de estudantes em risco e programas de protecção temporária para estudantes activistas sob ameaça de perseguição política, para garantir o direito de estudantes e alunos de continuarem os seus estudos em outros países, através de bolsas pagas, e apoiar os seus retornos seguros após a crise;
 - Proteger os direitos dos alunos de reunirem-se, sindicalizar e exercer o seu direito à liberdade académica e liberdade de expressão;
 - Apoiar o monitoramento do ODS4 e dos ataques contra os alunos, professores e outros funcionários, que abrange os casos de repressão violenta dos protestos dos estudantes que acontecem dentro ou fora do campus.

A CGE oferece o seu apoio aos governos para ajudar a alcançar os objectivos solicitados.

3. Desafios críticos

Pessoas portadoras de deficiência e raparigas são dramaticamente afectadas em situações de emergência, com maior risco de exploração, abandono escolar e sofrimento psicossocial. Deslocamento e migração são barreiras significativas ao direito das pessoas à educação que afectam países no mundo, desde países de baixa renda na África, Ásia e América Central, até países de renda média no Oriente Médio e América Latina, e nações ricas no coração da Europa e da América do Norte. Após o deslocamento, as crianças, os jovens e os adultos constantemente têm dificuldades em frequentar a escola e as universidades, e a falta de oportunidades de educação, muitas vezes significa armadilhas de pobreza a longo prazo e um desperdício significativo de talentos e competências para o desenvolvimento social⁶.

Apesar da magnitude de crianças, jovens e adultos actualmente deixados para trás pelos sistemas educacionais, as respostas humanitárias tendem a concentrar-se em fornecer abrigo, alimentação e saneamento. A educação para os deslocados internos, refugiados e requerentes de asilo, no entanto, precisa de atenção imediata, não apenas porque é um direito humano fundamental para todos, mas também porque a educação aumentará as suas oportunidades de recuperação e auto-suficiência.

As evidências disponíveis revelam que tanto a falta de investimento quanto a desigualdade continuam a ser desafios sérios no financiamento da educação em situações de emergência. Nos últimos anos, os apelos para educação em situações de emergências geralmente recebem apenas 10% a 30% dos valores necessários, com disparidades significativas entre países e regiões e sensibilidade à erupção de novas crises. De acordo com o Financial Tracking Service – Serviço de Rastreamento Financeiro (em 2 de Janeiro de 2023), o financiamento para educação em emergências recebido pelas respostas à crise no Afeganistão e na Ucrânia em 2022 foi maior do que o recebido por todos os 27 pedidos da África e do Oriente Médio juntos⁷. Isto mostra os desequilíbrios e desigualdades significativos que estão por detrás da distribuição da ajuda e da cooperação para o desenvolvimento.

Em 2021, o fundo Educação Não Pode Esperar fez novas alocações de US\$ 143 milhões para beneficiários através das suas três modalidades de investimento: Programa de Resiliência Pluri-anual (MYRP), Primeira Resposta de Emergência (FER) e Unidade de Aceleração (AF). A ECW – Educação Não Pode Esperar aprovou seis novos MYRPs (Burundi, Iraque, Líbano, Líbia, Paquistão e Sudão) e um MYRP renovado (Bangladeche) no valor total de US\$ 121,2 milhões; 12 FERs (US\$ 19 milhões); e 13 novos subsídios AF (US\$ 2,6 milhões). Com estas alocações em 2021, a ECW - Educação Não Pode Esperar expandiu sua carteira de bolsas activas para um valor total de US\$ 495,8 milhões⁸.

⁶ Global Campaign for Education (2019). Between moving backward and moving forward towards achieving SDG4. Spotlight Report for the High-Level Political Forum. Johannesburg.

⁷ UNICEF Transforming education with equitable financing. New York, January 2023, p. 5

⁸ Education Cannot Wait. 2021 Annual Results Report. We have promises to keep. August 2022, p. 10

Durante a sua Conferência de Financiamento de Alto Nível nos dias 16 a 17 de Fevereiro de 2023, a ECW – Educação Não Pode Esperar pediu à comunidade internacional US\$ 1,5 bilhão necessários para executar o Plano Estratégico 2023-2026 da ECW e proporcionar conhecimento e compromisso com a educação em emergências e crises prolongadas (EiEPC). Infelizmente, apenas metade da promessa foi alcançada.

A mudança climática tem custos imensos no sector educacional. Os sistemas educacionais têm um papel fundamental a desempenhar na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Mas as necessidades de acção climática do sector educacional são quase invisíveis nas discussões sobre mudanças climáticas. Acções urgentes são necessárias para tornar o sector educacional “à prova do clima” e ser mais eficaz nas acções e decisões relacionadas às mudanças climáticas⁹.

As escolas são as primeiras a serem fechadas e ocupadas ou disponibilizadas para abrigar vítimas de desastres ou equipes de resgate, em caso de conflitos, emergências naturais ou climáticas ou mesmo eleições, o que reduz consideravelmente o tempo de aprendizagem.

A CGE deve também apelar à protecção das instalações escolares em todas as circunstâncias.

4. Próximos passos

Contra o cenário geral, a Campanha Global pela Educação continua a advogar junto aos governos e à comunidade internacional pelo desenvolvimento e pela implementação de estruturas abrangentes para garantir o direito à educação pública de alta qualidade para pessoas que vivem em ambientes de conflito e desastre, bem como para as pessoas deslocadas internamente, requerentes de asilo e refugiados no mundo afora.

Devem ser tomadas medidas especiais em termos de obtenção de financiamento para atender às necessidades de educação nos contextos de desastres, cenários de emergência e pós-conflito, que inclui a reconstrução de instalações escolares e a adaptação de escolas e de todo o sistema educacional para responder às necessidades específicas das pessoas deslocadas, que abrange a língua de instrução, a adaptação dos currículos ao contexto cultural dos alunos e ao apoio emocional e psicológico, quando necessário.

A CGE enfatiza que a educação é um direito humano universal e pede aos governos que adotem acções quando ocorrerem desastres e que forneçam educação para todos em abrigos temporários, bem como modalidades de ensino à distância e que desenvolvam um plano extensivo para reabrir escolas quando as condições climáticas permitirem e que façam planos para quando acontecerem futuras emergências. Isto inclui, conforme recomendado pela campanha CGE #ProtectEiENNow, garantir que o planeamento do sector educacional - planos e orçamentos nacionais de educação - integre medidas de preparação para

⁹ UNICEF. It is getting hot. Call for education systems to respond to the climate crisis. Bangkok, 2019, pp.6-7.

emergências, que leva em consideração tanto os desastres climáticos rápidos e como os lentos.

A CGE também continuará a lembrar à comunidade internacional que a cooperação para proteger e realizar o direito à educação daqueles que vivem em contextos de emergência pode ser entendida como uma obrigação moral e legal. Conseqüentemente, a CGE apela à comunidade internacional para mobilizar recursos financeiros e técnicos para ajudar os países a reconstruir a infra-estrutura escolar nas áreas afectadas e fornecer o apoio de emergência para aqueles cujas oportunidades de educação são mais afectadas.

A CGE e os seus membros pedirão aos governos e tomadores de decisão em todos os níveis que:

- Adoptar e operacionalizar a declaração da escola-segura;
- Realizar planeamento e orçamento da educação inclusiva e sensível à crise em todos os níveis, para que as escolas mitiguem activamente as crises e o risco de desastres para os alunos, em toda a sua diversidade;
- Priorizar o financiamento para a educação em situações de emergência, e aplicar uma abordagem da lógica de desenvolvimento-humanitário-paz;
- Fornecer estruturas políticas adequadas que permitam a recuperação da educação após os desastres e as crises;
- Manter as escolas abertas com segurança na medida do possível, proporcionar segurança, protecção e defesa (apoio psicológico e aprendizagem socioemocional);
- Permitir um ensino à distância eficaz quando o fechamento das escolas for necessário, garantir que as diferenças digitais entre os alunos sejam reduzida em toda a sua diversidade;
- Implementar programas de bem-estar social e saúde para apoiar os professores e os alunos durante emergências e outras medidas para apoiar o seu bem-estar;
- Fortalecer o planeamento educacional coordenado e a resposta à crise, garantir que as OSCs, bem como os alunos, pais e professores estejam à mesa quando as decisões estão a serem tomadas e que a resposta seja específica ao local, sempre que possível;
- Instituir reformas do sistema educacional que criará resiliência e coesão social dentro da instituição educacional, com os alunos e professores, bem como criar maior confiança nos sistemas e serviços educacionais;
- Garantir educação para os refugiados, deslocados internos, repatriados, requerentes de asilo, migrantes e apátridas em toda a sua diversidade, livre de discriminação e preconceito;

- Investir em professores para estarem melhor equipados e preparados para ensinar os alunos sobre os riscos de desastres e mudanças climáticas, saúde, direitos humanos, causas e consequências de conflitos e como viver e interagir pacificamente; e para apoiar os alunos e os colegas com segurança e o bem-estar quando acontecer e após o desastre;
- Reconhecimento de qualificações e justa remuneração dos professores que trabalham em situação de emergências;
- Estabelecer programas para estudantes em risco e programas de protecção temporária para activistas estudantes sob ameaça de perseguição política, para garantir os direitos dos alunos à educação em outros países;
- Proteger os direitos dos alunos de reunirem-se, sindicalizar e exercer os seus direitos à liberdade académica e à liberdade de expressão;
- Apoiar o monitoramento do ODS4 e dos ataques contra alunos, professores e outros funcionários, que inclui os casos de repressão violenta dos protestos dos estudantes que acontecem em instituições de ensino superior ou, se ocorrerem fora do campus, enfatizar em políticas e leis relacionadas à educação monitoradas pela UNESCO.

Para exercer juntos a pressão pela mudança, estamos conjuntamente a:

- Envolver-nos sistematicamente com grupos de educação locais, regionais e globais;
- Advogar e fazer campanha junto aos doadores para garantir um financiamento maior e mais eficaz dentro da lógica do desenvolvimento-humanitário-paz;
- Chamar a atenção para crises emergentes e esquecidas e os seus impactos na educação;
- Pesquisar sobre como a liderança em financiamento e educação que habilita ou desabilita a preparação, resposta e recuperação da crise;
- Representar sistematicamente a voz das OSCs nos processos da ECW - Educação Não Pode Esperar e plataformas de Educação em Emergências (EiE), e a dar ênfase particular à igualdade de género e à centralidade da protecção.